

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.922 - MG (2019/0247605-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : CARLOS DANIEL PEREIRA SOUZA (PRESO)  
**ADVOGADO** : MARCO AURÉLIO VELOSO PINTO - MG106392  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CARLOS DANIEL PEREIRA SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferido no julgamento do HC n. 1.0000.19.053841-3/000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006. Referida custódia foi convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS – TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES – QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDAS – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO – PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312, DO CPP – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA COMPROMETIDA – MEDIDA MAIS GRAVOSA – NÃO ACOLHIMENTO – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA – ORDEM DENEGADA.*

*- Demonstrada a gravidade concreta do delito supostamente praticado pelo paciente, evidenciado pela quantidade de entorpecente apreendido, mostra-se necessária a sua prisão preventiva com o fim de se resguardar a ordem pública, nos moldes do art. 312, do CPP.*

*- Não deve prosperar o argumento de ser a medida constritiva mais gravosa do que a pena a ser imposta em caso de eventual condenação, vez que tal análise dependerá do estudo das diretrizes traçadas pelo art.*

*59, do Código Penal, da fortuita incidência de agravantes, atenuantes, causas gerais e especiais de aumento e de diminuição de pena, assim como do quantum das sanções efetivamente concretizadas quando da prolação do decisor.*

*- O fato de o paciente ser primário não tem, a princípio, o condão de garantir eventual direito de responder ao processo em*

# Superior Tribunal de Justiça

*liberdade, devendo as condições pessoais ser analisadas em conjunto com os demais elementos probatórios dos autos. (fl. 69)*

No presente recurso, sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada.

Destaca suas condições pessoais favoráveis e a suficiência da aplicação de medidas alternativas.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

Indeferida a liminar (fls. 102/103), o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do reclamo (fls. 108/110).

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Dos informes obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que, em 4/10/2019, nos autos da Ação Penal n. 0049698-95.2019.8.13.0672, foi concedida liberdade provisória ao ora recorrente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

Assim, constata-se a perda superveniente do objeto do reclamo.

Ante o exposto, com base no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator